

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

UM CRIME DE LESA-ARQUEOLOGIA E LESA-ARTE.

CARDOSO, Mário

Ano: 1937 | Número: 47

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, Um Crime de lesa-arqueologia e lesa-arte. *Revista de Guimarães*, 47 (1-2) Jan.-Jun. 1937, p. 89-94.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Um crime de lesa-Arqueologia e lesa-Arte

Com o título supra publicámos, no diário braca-
rense *Correio do Minho* (n.º 3305, de 25 de Abril do
corrente ano), o artigo que hoje reproduzimos. Pela
importância do assunto merece ficar arquivado nas
páginas desta Revista, documentado agora com as notas
e gravura que o acompanham :

Em princípios de Maio de 1933 correu em Gui-
marães a notícia de que, para os lados da freguesia
da Costa, uns pedreiros haviam encontrado, numa
escavação, diversas jóias antigas, de ouro, que vende-
ram a um ourives desta cidade. A Sociedade Martins
Sarmiento interveio imediatamente no sentido de inquirir
da verdade que havia em tal boato, como aliás lhe
competia, visto ser da sua índole e esfera de acção
zelar pela integridade do nosso património artístico
e arqueológico, tratando-se, de mais a mais, de um
achado local, e, por conseguinte, de particular interesse
para Guimarães. E averiguou o seguinte: que, de
facto, quando três pedreiros (¹), que trabalhavam por
conta de um pequeno proprietário, de nome João
Teixeira Berrêdo, da freguesia da Costa, descalçavam
e aliviavam da terra a base de um grande penedo (²),

(¹) Eram êles José Gonçalves, residente na freguesia de
S. Romão de Mesão-Frio, um filho dêste, e um rapaz natural da
freguesia de Atães. Trabalhavam sob a direcção de José Ferreira,
mestre-pedreiro, de Guimarães.

(²) Do penedo já nada existe no local. Diz o proprietário
do terreno que era uma grande massa granítica, de 6 a 7 metros de
altura, com uma forma aguçada na parte superior, que o fazia dis-
tinguir perfeitamente dos penedos vizinhos. A escolha dêste penedo
de recorte inconfundível para localizar o esconderijo das jóias, foi,
por certo, intencional.

no lugar do Souto-Escuro, da mesma freguesia (encosta do monte da Penha voltada ao poente), para em seguida o partirem, encontraram uma pequena vasilha de barro que continha dentro cinco objectos de ouro ⁽¹⁾. A vasilha, destruíram-na quando a desenterravam, e os cacos, dispersos na terra, perderam-se; mas, pela descrição que nos fizeram dêles, devia tratar-se de cerâmica igual à do tipo da Penha (¿ A cerâmica da Penha é do Eneolítico final? E' uma modalidade local do campaniforme? Ou é já dos primeiros períodos da época do Bronze? Temos dúvidas). Os objectos de ouro, foram os operários levá-los a um taberneiro seu conhecido, da Rua de S. Dâmaso, de Guimarães, para que lhos comprasse, o que êste fez, adquirindo-os por um insignificante preço ⁽²⁾. Por sua vez, o taberneiro tentou vender as jóias na Cidade, primeiramente numa casa penhorista ⁽³⁾, que lhas não aceitou, em seguida num ourives ⁽⁴⁾, com quem igualmente não fez negócio, e, finalmente, num outro ourives ⁽⁵⁾, que efectivamente lhe comprou três das peças por 5.380\$00, constando que as outras duas as vendera o taberneiro no Pôrto. Estes detalhes só foram conhecidos depois de prêso um dos pedreiros, por queixa apresentada pelo proprietário do terreno onde se deu o achado.

A Sociedade Martins Sarmiento dirigiu-se então

(1) Dizem os pedreiros que os objectos eram tão pesados que os meteram numa saca do pão, pois que no bôlso o seu pêso os embaraçava no trabalho.

(2) O vendeiro, de nome José Ribeiro, que adquiriu as jóias, pagou-as pelo seguinte preço, segundo informou o proprietário do terreno: ao mestre-pedreiro José Ferreira, deu uma importância com a qual êle comprou — uma corrente de ouro no valor de 600\$00, um relógio de pulso, no valor de 400\$00, para uma filha, um cordão de ouro, no valor de 700\$00, para a amante, e, ainda, um capote e vários artigos de vestuário. Ao pedreiro José Gonçalves deu 150\$00; e a cada um dos dois restantes operários — 100\$00. Total: — para cima de 2.000 escudos. Como o ourives lhe comprou apenas uma parcela do achado, por 5.380\$00, ainda o vendeiro, depois de tôda a sua generosidade, ficou com a boa «parte do leão».

(3) O penhorista Ernesto Teibão, à rua do Gravador Molarinho.

(4) O ourives Justino Silva, à rua da República.

(5) O ourives José Fernandes, à rua de Paio Galvão.

ao ourives comprador, a fim de obter para o seu Museu as peças em questão, ou, pelo menos, serem observadas, estudadas convenientemente, e inventariadas pelo Estado, conforme a Lei determina, para que não levassem descaminho. O ourives, porém, declarou que as tinha fundido, por ignorar o seu valor estimativo. Tal não era de aceitar, pelo que a Sociedade pediu a intervenção da Autoridade Administrativa, que, infelizmente, não foi mais bem sucedida, e, salvo o devido respeito, nos parece que actuou com pouca decisão e energia ⁽¹⁾. O proprietário do terreno foi em seguida indemnizado do dinheiro que o taberneiro havia indevidamente recebido do ourives, e... tudo sossegou. ¿E os dois objectos que constava, tinham ido parar ao Pôrto? Também ninguém mais falou nisso.

Passou-se aproximadamente ano e meio, quando o Sr. Dr. Manuel Heleno, illustre Director do Museu Etnológico de Lisboa, adquiriu, no final de 1934, num joalheiro da cidade do Pôrto, um formoso bracelete prè-romano, de ouro ⁽²⁾, cuja proveniência o mesmo comerciante lhe indicou como sendo *dos arredores de Guimarães*, e o comprara a um *desconhecido*. A pri-

(1) Cópia do officio que a Soc. Martins Sarmiento enviou ao Sr. Administrador do Concelho:

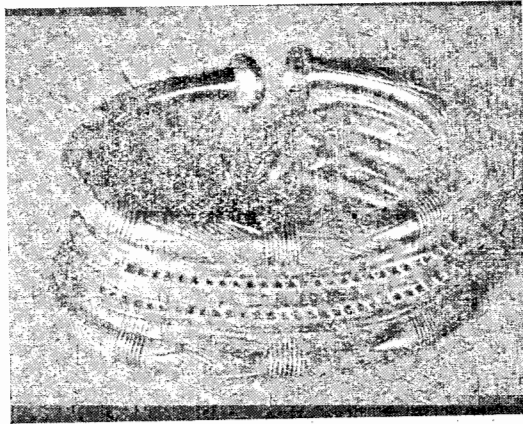
«Guimarães, 25 de Maio de 1933. — Ex.^{mo} Sr. Administrador do Concelho de Guimarães — Sendo do dominio público que num lugar da freguesia da Costa, dêste concelho de Guimarães, alguns trabalhadores rurais acharam um precioso grupo de jóias áureas pre-históricas, as quais foram vendidas a um ourives desta cidade, que se recusa a fazer a sua entrega conforme determina o decreto n.º 20.985 de 7 de Março de 1932 e respectivo regulamento contido no decreto 21.117 de 12 de Abril de 1932, e competindo também às instituições da índole da Sociedade Martins Sarmiento zelar pela integridade do nosso património artístico e arqueológico, vimos perante V. Ex.^a apelar para que promova as necessárias diligências, fazendo inclusivamente a respectiva comunicação para o Ministério da Instrução Pública, a fim de que o referido ourives e quaisquer coniventes no caso facultem ao devido inventário os objectos ilegalmente adquiridos.»

Igualmente nas actas das Sessões da Soc. M. S., respectivamente de 17 e 31 de Maio de 1933, se encontram referências aos esforços que esta Instituição fêz para que as jóias não se extraviassem.

(2) A jóia foi vendida ao Museu Etnológico por 7.000\$00 esc.

meira notícia da aquisição da jóia para o seu Museu, deu-a o Sr. Dr. Manuel Heleno em Dezembro de 1935, numa Comunicação ao Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (Vidè Relato no «Diário de Notícias» de 11-12-1935); a segunda, recentemente, num desenvolvido trabalho sôbre jóias prè-romanas, publicado na Revista «Ethnos» (vol. I, p. 252-254).

¿A alguém poderão restar dúvidas de que êste formoso bracelete, com decorações incisadas tão semelhantes às da cerâmica da Penha, fizesse parte do



Bracelete de ouro, proveniente do Lugar do Souto Escuro (freguesia da Costa, Guimarães). Pêso, gr. 231,2.

(Propriedade do Museu Etnológico. Reproduzido da Rev. «Ethnos», fasc. I, por amável autorização do Sr. Dr. Manuel Heleno).

tesouro aparecido, no ano anterior, no lugar do Souto-Escuro, da freguesia da Costa, e tão lamentavelmente disperso e perdido para a Sciência? Para nós é ponto assente que o bracelete do Museu Etnológico fazia parte do tesouro do Souto-Escuro, tanto mais que não consta de qualquer outro achado de jóias desta natureza na região de Guimarães. E as outras 4 peças? Seriam sacrilegamente fundidas? Iriam parar à mão de estrangeiros? Ou (quem sabe?) estarão ainda escondidas nos cofres dos ourives compradores?

Pela descrição que delas nos fizeram o penhorista e o ourives que primeiramente as viram, conclui-se que a totalidade do achado constava de 3 braceletes e 2 diademas (1). O penhorista descreveu, até, um dos diademas, com certa minúcia, aludindo a uma chapa delgada, de ouro fino, pesando aproximadamente 175 gramas, com cêrca de 20 a 25 centímetros de comprido, por 4 de alto, as pontas arredondadas e um pequeno furo em cada uma das extremidades; que era lisa, e apenas nas pontas continha, como decoração, uns pequenos vasados, de forma rectangular, praticados no sentido longitudinal da peça, e paralelos entre si (2). Esta descrição logo nos fêz lembrar o tipo, tão característico, do diadema de Balugães (Vidè Estácio da Veiga, *Ant. Mon. Alg.*, IV, 46), dos de Monte dos Mouros e Val de Deza — Espanha (Vidè Cuevillas-Brey, *Os Oestrímnios*, etc., pág. 37 e 41; Villaamil y Castro, *Bol. de Mon. de Orense*, III, 100) e de Morbihan (Bretanha), citado por Déchelette (*Manuel d'Arch.*, II, ed. 1924, pág. 357). Quanto aos braceletes, aludem os informadores a pesadas argolas de ouro, maciças, que compararam, na forma e no tamanho, às argolas de ferro que, chumbadas nas paredes, servem para prender animais. E eis tudo quanto pôde salvar-se de tão importante e magnífico grupo de jóias arcaicas, com alguns milhares de anos de existência, talvez um dos mais valiosos tesouros arqueológicos que têm aparecido em terra portuguesa. Da sua totalidade resta uma única peça! Não valeria a pena o Estado, que já interveio na compra dêste formoso e antiqüíssimo exemplar, esforçar-se ainda por conseguir investigar o paradeiro dos restantes? Os elementos de informação, apesar de quatro

(1) Neste ponto é necessário manter reservas, pois que as informações dos operários não são concordes. Segundo estes, os braceletes eram quatro, e apenas 1 diadema. Dos 4 braceletes — 3 eram argolas maciças, o quarto era certamente aquele que, mais tarde, apareceu no Pôrto e foi vendido ao Museu Etnológico.

(2) Também as indicações dos pedreiros não condizem com as do penhorista nestes detalhes. Segundo aqueles, o diadema media 22 cm. de comprido, por 11 cm. de alto. Não tinha vasados, mas sim uma decoração em espinha.

anos decorridos, são ainda bem claros e precisos. A atitude de negativa ou de ignorância da parte dos ourives compradores, quer de Guimarães, quer do Pôrto, que aliás era de esperar, parece que não deveria ser o bastante para deter a investigação e o esforço das autoridades.

MÁRIO CARDOZO.